

A Economia Global Pós-Terror*

Mario Garnero**

Passados alguns dias do maior ataque terrorista da história, os meios de comunicação já acumulam verdadeira profusão de diagnósticos e previsões sobre os rumos que seguirá a economia global. Fala-se mesmo numa “nova ordem internacional”, em que os fatores militares e estratégicos voltariam, em lugar dos temas comerciais e econômicos, a ocupar o topo da agenda internacional, como seguramente era a lógica de poder durante a Guerra Fria.

Segundo as avaliações mais pessimistas, iniciativas econômicas da maior relevância, como as negociações para a formação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) ou as rodadas de liberalização da OMC (Organização Mundial do Comércio), seriam paralisadas. A própria reunião anual de 2001 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional foi cancelada, o que confirmaria estas perspectivas pessimistas. Haveria uma retração drástica do fluxo internacional de investimentos à medida que projetos de integração econômica regional perdessem impulso.

Não concordo com essas estimativas sombrias. E creio que não podemos permitir que elas prevaleçam. É importante que Brasil e Estados Unidos não se esquivem de seu papel de liderança no delineamento da integração econômica hemisférica. Ademais, a economia norte-americana, que mais do que nunca determinará o ritmo da recuperação dos mercados globais, tem mais de uma opção para promover crescimento econômico. Vale ressaltar que mesmo com toda a virulência dos ataques ao World Trade Center e seu entorno, além do atentado contra o Pentágono, menos de 0,1% da riqueza imobiliária americana foi afetada, como argumenta o economista Paul Krugman.

“Se quiser promover o crescimento econômico, pegue dinheiro emprestado e gaste tudo. Mas gaste inteligentemente, criando uma base sólida para seu próprio desenvolvimento. Desta forma, a única maneira dos credores reaverem o investimento é comprando suas mercadorias e serviços, produzindo assim ciclos de prosperidade”. Esta foi a fórmula sugerida por John Meynard Keynes, o maior economista do século XX.

Ora, tais ensinamentos não são estranhos aos estrategistas econômicos dos Departamentos do Comércio, do Tesouro e da Casa Branca. O legendário economista britânico dirigia essa reflexão ao papel do Estado e de uma economia nacional como um todo. Quando as bolhas econômicas murchassem, o Estado deveria entrar em ação como investidor na economia, que ganharia com os “efeitos multiplicadores” dos choques de demanda.

A década de 90 marcou a nova economia nos EUA como uma espécie de “keynesianismo privado”. Indivíduos e empresas endividaram-se significativamente durante a prosperidade dos anos Clinton. Cada lar americano deve hoje cerca de 100% de sua renda anual. Somadas as dívidas de empresas e indivíduos, a conta gira em torno de US\$ 8,5 trilhões, 30% a mais do que o próprio PIB dos EUA. Em contraste, o governo dos EUA encontra-se num balanço contábil bastante mais favorável, e pode muito bem aliviar o público em geral e as empresas da carga devedora, e voltar a ter um grande papel indutor.

De fato, a assunção de dívidas públicas para a criação de choques de demanda é um dos elementos centrais da teoria keynesiana, que os EUA já aplicaram para si e a economia mundial. Nos anos 80, a chamada “Reaganomics” fez amplo uso dos seus mecanismos. Promoveu acentuado aumento dos gastos governamentais no reequipamento e modernização tecnológica das forças armadas. Para tanto, atraiu capitais do mundo todo com um vertiginoso aumento da “Prime Rate”, a taxa básica de juros dos EUA. Atribuem-se à Reaganomics subprodutos tão distintos quanto a colossal dívida pública dos EUA legada a George Bush, o fim da Guerra Fria e o próprio aparecimento da Internet, resultante dos astronômicos gastos em Defesa.

No entanto, é improvável que os EUA voltem a adotar taxas de juros elevadas a curto prazo. Bem ao contrário, um aumento excessivo de juros por parte do FED teria efeitos ambíguos. Se, por um lado, talvez trans

ferisse aos EUA capitais que de outra forma iriam para mercados emergentes, por outro aumentaria ainda mais o perfil da dívida privada norte-americana. Isso levaria ao próprio esfriamento da atividade econômica doméstica. É dizer, nenhuma migração de capitais para os EUA motivados por uma "Prime" apreciada compensaria a expansão da dívida privada dos próprios EUA.

Quanto à inovação tecnológica, fundamental para o aumento da produtividade e a geração de rendas marginais, os EUA podem voltar a recorrer a um grande programa estatal, como o Projeto "Guerra nas Estrelas" no passado, e agora com um "guarda-chuva" para a proteção de um ataque de mísseis, o que garantiria fonte de competitividade militar e econômica. Portanto, o mais provável é que o Governo lidere a recuperação econômica dos EUA, com reflexos em todo o mundo, ao assumir o papel de grande comprador.

Em consequência, há claro consenso de que a Casa Branca estará dando as cartas. Assim, será fortalecido o poder de barganha do Executivo norte-americano, que deverá receber até o final do ano a "TPA -Trade Promotion Authority" para negociar acordos comerciais sem posteriores emendas do Congresso.

Este cenário, aliado a um câmbio favorável às vendas externas, pode oferecer grandes oportunidades para o esforço exportador brasileiro. É questão de robustecer a promoção comercial e assumir postura construtiva nas negociações bilaterais com os EUA e no cronograma da ALCA.

* Este artigo foi originalmente publicado no Correio Popular, 30.9.2001.

** Mario Garnero é presidente do Fórum das Américas e do Grupo Brasilinvest.